

O mercado não destruirá a Petrobrás



FOTO: Agência Petrobrás

Em agosto de 2000, o governo FHC lançou as ações da Petrobrás na Bolsa de Nova Iorque privatizando 36% de seu capital acionário

A absurda guerra especulativa que derrubou as ações da Petrobrás traz de volta ao centro do debate político o projeto de lei construído pela FUP e movimentos sociais para transformar a estatal em uma empresa 100% pública. A proposta foi apresentada ao Congresso Nacional em 2009, onde tramitou em conjunto com os projetos do governo Lula que estabeleceram um novo marco regulatório para o pré-sal. Desde 2011, o projeto dos petroleiros (PLS 531/2009) está parado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), aguardando distribuição.

“Nunca foi tão necessário que o Estado brasileiro aumente sua participação no controle acionário da Petrobrás e resgate a empresa do capital especulativo”, ressaltou o coordenador da FUP, José Maria Rangel, lembrando que o mercado sempre tentou pautar a empresa e o governo. “Esses ataques se arrastam desde o ano passado, com a tentativa de imposição da paridade internacional dos preços de combustíveis. É sempre o mesmo discurso de que a Petrobrás não tem capacidade de se financiar e por isso não pode ser a operadora única do pré-sal”, comenta Zé Maria, destacando que o movimento sindical petroleiro irá atuar junto com os parlamentares do campo da esquerda para resgatar o PLS 531/2009 e lutar para que seja aprovado.

Até o economista Delfim Neto tem reiterado o posicionamento da FUP de que a Petrobrás tem condições de superar a crise que lhe impuseram e que seus trabalhadores precisam ser respeitados. Em artigo recente na revista

Carta Capital, ele destacou que, a despeito de todos os problemas que a estatal atravessa, “a Petrobrás técnica, aquela que inova, que extrai petróleo, que é fator decisivo no progresso da economia nacional, tem aumentado a oferta do petróleo extraído do pré-sal”. A empresa é a única petrolífera do mundo com expressivo crescimento de reservas e produção. Além disso, “ampliou sua capacidade de refino, reduziu o valor das nossas importações e deu algum alívio à balança comercial brasileira”, lembra Delfim Neto, destacando que os trabalhadores da Petrobrás merecem respeito e serão o “suporte da necessária e segura superação da tragédia que a sedução político-partidária irresponsável lhe impôs”.

Além de reestruturar a Petrobrás para que seja 100% pública e estatal, o projeto de lei construído pela FUP e movimentos sociais restabelece o monopólio da empresa sobre todas as atividades da indústria de petróleo e gás, bem como a retomada dos blocos exploratórios que foram leiloados sob o regime de concessão. O PLS 531/2009 também prevê a constituição de um Fundo Social Soberano para que todos os recursos excedentes do petróleo sejam aplicados em políticas públicas que atendam as necessidades do povo brasileiro.

FHC entregou 36% das ações da estatal

Não se pode perder de vista que o atual ataque especulativo que a Petrobrás sofre, além de ter motivações políticas, é

também efeito colateral do projeto de privatização conduzido por Fernando Henrique Cardoso entre 1995 e 2002. Além de quebrar o monopólio da empresa, o governo tucano entregou 36% do seu capital acionário ao setor privado, derramando no mercado 180 milhões de ações da estatal, das quais 60% foram adquiridas por investidores estrangeiros na Bolsa de Nova Iorque.

Desde então, a Petrobrás passou a responder a Wall Street, muitas vezes tendo que contrariar interesses do povo brasileiro para se submeter às regras do mercado financeiro norte-americano. Neste processo de internacionalização, a empresa perdeu o acento agudo no brás (mantido pela FUP) e quase virou Petrobrax.

Mercado está de olho no pré-sal

Para a FUP, está cada vez mais claro que o mercado é que está dando o tom da campanha de desmoralização da Petrobrás, com objetivos nitidamente políticos e econômicos. “As máscaras estão caindo. O que eles querem é desconstruir a lei da partilha, tirar da Petrobrás o papel de operadora única do pré-sal e entregar às multinacionais essas reservas bilionárias”, revela Zé Maria, ressaltando que 2015 será um ano de lutas intensas. “Vamos colocar de volta nas ruas o projeto dos movimentos sociais por uma Petrobrás 100% pública”, destacou.

Em reunião com o governo, FUP e CUT reiteram que trabalhadores não podem pagar por crise na Petrobrás

Em reunião no dia 15 de dezembro com o ministro chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, a FUP, a CUT e outras quatro centrais sindicais deixaram claro que é preciso preservar os empregos e direitos dos trabalhadores contratados pela Petrobrás. Os sindicalistas cobraram e o governo se comprometeu a buscar uma alternativa jurídica que garanta o pagamento das dívidas trabalhistas das empreiteiras contratadas pela estatal.

Participaram também da reunião representantes do Ministério Público Fed-

eral, do Ministério da Justiça, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e da Controladoria Geral da União. “Os trabalhadores e a Petrobrás têm de ser protegidos. Se houve irregularidades, que se investigue e puna os culpados e não a empresa que, sozinha, é responsável por 12% do PIB Nacional”, reiterou o presidente da CUT, Vagner Freitas, ao lado do coordenador da FUP, José Maria Rangel.

A negociação com o governo prosseguiu durante a semana e uma das propostas apresentadas foi que a Petrobrás retenha parte

do pagamento que seria feito às contratadas para garantir o pagamento dos trabalhadores. Também foi discutida a possibilidade da empresa antecipar os direitos trabalhistas para desconto posterior, mediante algum instrumento jurídico. “É preciso encontrar uma saída jurídica que garanta o pagamento dos trabalhadores demitidos pelas prestadoras de serviço e também uma solução para que as obras não sejam paralisadas porque isso é prejudicial para os trabalhadores, para a Petrobrás e para o país”, ressaltou o presidente da CUT.

Petrobrás insiste na subnotificação de acidentes e de doenças no trabalho

O ano de 2014 foi marcado por mais uma série de acidentes fatais na Petrobrás e, por mais que o número de mortes tenha aumentado significativamente (foram quinze só neste ano), a hostilidade do setor médico nas Comissões Nacionais e Estaduais de Benzeno continua a persistir, já que Acordo Nacional ainda não foi cumprido. Diante disso, a FUP solicitou reunião extraordinária da Comissão de SMS para debater e avaliar a “eficácia” da política de saúde da empresa.

Para decepção dos sindicalistas, além do descaso dos representantes da empresa na Comissão de SMS, também não foi apresentado à FUP nenhum diagnóstico aprofundado sobre as condições de saúde e segurança das unidades do Sistema Petrobrás, muito menos, alguma perspectiva de mudança.

A reunião foi marcada por afirmações frias e calculistas dos gestores de SMS, que se vangloriam da pífia redução de 10% nos acidentes dos últimos dois anos, como se isso representasse grande avanço por parte da Petrobrás. Além disso, os gerentes de saúde e segurança da empresa afirmaram, sem dados ou gráficos oficiais, que houve redução a partir da identificação de acidentes mais recorrentes, usando como exemplo incêndios e explosões em refinarias, sem citar os acidentes mais frequentes, que não são fatais, mas mutilam trabalhadores.



A FUP ressaltou que a redução de acidentes apresentada pela empresa não reflete a realidade, mas só evidencia a velha prática de subnotificação os acidentes e doenças. E apesar dos relatos e demonstrações dos sindicatos, que expuseram diversos casos de acidentes, a Petrobrás mais uma vez minimizou a gravidade dos casos.

Para a Federação, mais uma vez ficou claro que a Petrobrás e seus gestores ignoram os fatos reais sobre acidentes de trabalho, já que a reunião foi finalizada com a afirmação dos gestores de que a política de SMS da empresa é adequada. Quanto aos questionamentos sobre a recomposição de efetivos, que na visão da FUP e de seus sindicatos, pode possibilitar melhores condições de saúde e segurança na empresa, a resposta foi eva-

siva e insignificante.

Em função das cobranças da FUP, a Petrobrás informou que na próxima reunião da Comissão de SMS serão apresentados os dados e conceitos da empresa em relação à saúde e segurança. As gerências de SMS da empresa também concordaram em participar da próxima reunião do Fórum de Efetivos.

Benzeno não é flor que se cheire

Outra questão exaustivamente discutida na reunião foi a questão da Comissão Nacional de Benzeno (CNPBz). A Petrobrás con-

tinua apresentando resistência na liberação de suas plantas para que a comissão faça visitas, fato que gerou desgaste e muito debate na última reunião da comissão, realizada em Belo Horizonte.

Somente após muitas denúncias e pressão por parte do movimento sindical, a empresa concordou que a CNPBz visite em 2015 uma unidade do Gás e Energia, outra do Abastecimento e também uma plataforma. A Petrobrás também afirmou que ainda existe a possibilidade de liberação de uma quarta visita, que pode ser na Refap, em substituição à visita na Innova Petroquímica, no Rio Grande do Sul, aprovada pela Comissão nesta semana. A FUP solicitou que a gerência de SMS elabore um documento interno que formalize a garantia de que as gerências das unidades locais não proibam as visitas da comissão.

Após pressão da FUP e sindicatos, Petros aprova pagamento dos níveis

FOTO: FUP

Após outra grande mobilização no último dia 16, a FUP e seus sindicatos garantiram na luta a aprovação no Conselho Deliberativo da Petros do acordo de pagamento dos níveis de 2004, 2005 e 2006, conforme conquistado na campanha salarial. Para que isso ocorresse, os aposentados e pensionistas realizaram três ocupações na sede da Fundação, no Rio de Janeiro, em um intervalo de menos de 20 dias.

A FUP agora agendará uma reunião com a diretoria da Petros para discutir a metodologia do cálculo dos valores devidos e definir o calendário de implementação dos acordos judiciais para pagamento dos níveis. Os dirigentes sindicais ressaltaram que, apesar de terem vencido uma importante batalha, é preciso que a categoria continue mobilizada até a consolidação desta que é considerada uma das maiores conquistas dos últimos anos.

A omissão de Brandão e Sinedino

A aprovação do pagamento dos níveis só foi possível em função da atuação firme e intransigente da FUP e de seus



Paulo César, conselheiro deliberativo eleito da Petros, anuncia a conquista

sindicatos, que contaram com total apoio do conselheiro eleito Paulo César Martin, que, ao contrário dos demais conselheiros da Petros, foi o único que defendeu e lutou pelo cumprimento do acordo. A mesma postura não teve Paulo Brandão, que preferiu fugir do debate, abstendo-se

de votar. O outro conselheiro eleito, Sílvio Sinedino, até então não havia se posicionado sobre a aprovação do acordo e na reunião de hoje ainda demonstrava indecisão, chegando a alterar o seu voto na última hora para seguir a orientação do restante do Conselho Deliberativo.

Deyvid Bacelar é o candidato da FUP para o CA da Petrobrás e Cláudio Nunes para o da Transpetro

Na primeira semana de dezembro, foram abertas as inscrições para os candidatos ao Conselho de Administração da Petrobrás e da Transpetro, órgãos máximos de decisão das empresas, onde são deliberadas suas políticas de investimento, respeito ao meio ambiente, segurança, recursos humanos, entre outros temas estratégicos para as empresas. A FUP e seus sindicatos, de forma unitária, definiram o apoio ao coordenador geral do Sindipetro-BA, Deyvid Bacelar, para o CA da Petrobrás e ao diretor do Sindipetro-NF, Cláudio Nunes, para a Transpetro.

Ambas as eleições seguirão o mesmo calendário, com votação em primeiro turno entre os dias 10 e 18 de janeiro. Será a quarta eleição para os CAs da Petrobrás e da Transpetro. Portanto, é fundamental que os petroleiros elejam representantes que tenham ativa participação no dia a dia dos trabalhadores do setor petrolífero e que sigam a trajetória de luta em defesa da categoria e da classe trabalhadora.



Juventude, talento e combatividade

Deyvid Bacelar é técnico de segurança na RLAM, onde ingressou por concurso em 2006. Graduado em Administração, com especializações em SMS e em Gestão de Pessoas, o petroleiro desde o início de seu ingresso na Petrobrás se destacou nas lutas sindicais e comunitárias. Cláudio Nunes é técnico do Tecab, em Macaé, onde ingressou em 2006 e desde então vem atuando em prol das lutas da classe trabalhadora. Tanto Deyvid, quanto Cláudio, são jovens, experientes e comprometidos com os interesses da categoria.

Edição 1165 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21)3852-5002 imprensa@fup.org.br Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763

Texto: Alessandra Murteira e Caroline Cavassa - Projeto gráfico e diagramação: Claudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição:

Caetano, Chicão, Castellano, Chico Zé, Dary, Divanilton, Enéias, Leopoldino, Moraes, Paulo Cesar, Silva, Silvaney, Simão, Ubiraney, Zé Maria.

Ditadura nunca mais!

No dia 10 de dezembro, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) apresentou à presidenta Dilma Rousseff o relatório final com o resultado dos dois anos e sete meses de apurações, análise de documentações e depoimentos colhidos sobre violações praticadas pelo Estado brasileiro durante a ditadura civil militar. Dividido em três volumes com mais de quatro mil páginas, o documento listou 434 mortos e desaparecidos confirmados pela Comissão, bem como as circunstâncias e autoria dos crimes. O relatório também responsabiliza 377 pessoas pelas violações ocorridas, inclusive ex-presidentes dos governos militares e agentes das Forças Armadas.

Somente após três décadas, entre o fim da ditadura e a divulgação do relatório da CNV, a sociedade brasileira pode, finalmente, ter acesso aos fatos históricos de violência comprovadamente cometida pelo Estado. Para os integrantes da Comissão, além da responsabilidade “que pode e deve recair individualmente” sobre agentes públicos que participaram desses crimes, “é imperativo o reconhecimento da responsabilidade institucional das Forças Armadas por esse quadro terrível”, como ressalta o relatório.

A CNV recomenda a proibição da realização de eventos oficiais em comemora-



ção ao golpe de 1964 e a modificação do conteúdo curricular das academias militares e policiais. A Comissão também defende a revogação da Lei de Segurança Nacional e a desmilitarização das polícias militares. O secretário nacional de Políticas Sociais da CUT, Expedito Solaney, ressaltou que a finalização dos trabalhos da CNV é apenas um ciclo que

se fecha.”O Ministério Público irá avaliar se acata a documentação como denúncia e se ela tem fundamentação jurídica para levar à cadeia os que cometeram crimes de lesa-humanidade. Isso não acontecerá sozinho, é preciso pressão da sociedade”, destaca o sindicalista, destacando que os agentes privados que apoiaram o regime também precisam ser responsabilizados.

50 anos do golpe civil militar

FOTO: Evandro Teixeira



Trabalhadores, movimentos sociais e organizações que lutam por direitos humanos realizaram ao longo de 2014 diversas atividades para marcar os 50 anos do golpe civil militar, que em primeiro de abril de 1964 mergulhou o Brasil em duas longas décadas de ditadura. A FUP lançou no dia 31 de março uma edição especial, resga-

tando fatos que não costumam ser repercutidos pela grande mídia, como os ataques da direita ao governo João Goulart, taxado de “República Sindical”; a reação conservadora às reformas de Jango, en-

tre elas a encampação da Refinaria de Capuava; a participação dos empresários no financiamento e organização do golpe; o apoio dos veículos de comunicação e do governo dos EUA aos militares; as perseguições políticas sofridas pela classe trabalhadora e pelos sindicatos; a ação do SNI dentro da Petrobrás; a corrupção na ditadura; a importância dos sindicatos na luta pela redemocratização e a greve dos petroleiros em 1983.